Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores Instituto Alana

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Alana ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Alana em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - Pronunciamento Técnico CPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - Pronunciamento Técnico CPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de maio de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev Contadora CRC 1SP245281/O-6

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e relatório dos auditores independentes

Instituto Alana

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em reais mil

Total do Ativo		Não circulante Imobilizado (Nota 8) Intangível (Nota 8) Investimento	Circulante Caixa e equivalente de caixa (Nota 4) Caixa Conta corrente em bancos Aplicação financeira (Nota 5) Títulos e valores mobiliários (Nota 6) Créditos a receber Despesas antecipadas Outros créditos (Nota 7)	Ativo
436.778	7.559	7.485 73 1	5 369 344.153 84.223 105 12 352 429.219	2018
407.624	8.013	7.965 47 1	5 568 316.109 81.367 75 17 1.470 399.611	2017
Total do Passivo e Patrimônio líquido		Patrimônio Líquido Patrimônio social	Circulante Fornecedores Obrigações sociais Obrigações tributárias Obrigações trabalhistas Outras contas a pagar Total do Passivo	Passivo e patrimônio líquido
436.778	433.934	433.934	1.321 380 174 864 105	2018
407.624	405.613	405.613	540 307 141 706 318 2.011	2017

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em reais mil

	2018	2017
Receitas operacionais Doações recebidas (Nota 13 (a))	3.500	300
Receitas com trabalhos voluntários (Nota 11)	3.323	3.068
Outras receitas (Nota 13 (c))	2.288	1.223
(//	9.111	4.591
Despesas operacionais Despesas com pessoal (Nota 9 (a)) Despesas gerais e administrativas (Nota 9 (b)) Despesas tributárias Despesas com depreciação e amortização Despesas com trabalhos voluntários (Nota 11)	(9.291) (15.974) (69) (701) (3.323) (29.358)	(7.594) (12.662) (68) (704) (3.068) (24.095)
Resultado das atividades	(20.247)	(19.504)
Resultado financeiro líquido (Nota 13 (b))	48.568	55.925
Superávit do exercício	28.321	36.421

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reais mil

	2018	2017
Superávit/(déficit) do exercício	28.321	36.421
Outros resultados abrangentes		-
Total do Resultado Abrangente	28.321	36.421

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reais mil

Superávit do exercício Incorporação do superávit do exercício no patrimônio social Em 31 de dezembro de 2018	Superávit do exercício Incorporação do superávit do exercício no patrimônio social Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016	
28.321	36.421	369.192	Patrimônio
433.934	405.613		Social
28.321	36.421		Superávit
(28.321)	(36.421)		Acumulado
28.321 - 433.934	36.421 - 405.613	369.192	Total

Demonstração de fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reais mil

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2018	2017
Superávit do exercício	28.321	36.421
Ajustes de Receita e Despesas		
Depreciação/amortização	701	704
Valor justo ações	(10.131)	(19.191)
Baixa de Bens	(23)	-
Ganho venda ações	(6.454)	(1.394)
	(15.907)	(19.881)
Superávit/Déficit ajustado	12.414	16.540
Variação de Ativos e Obrigações		
(Aumento)/redução de aplicação financeiras	(28.044)	(26.835)
(Aumento)/redução de créditos e outros créditos a receber	1.088	3.047
(Aumento)/redução de despesas antecipadas	5	4
Recebimento de prêmio de seguro	47	_
Aumento/(redução) de fornecedores	781	118
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	33	14
Aumento/(redução) de obrigações sociais	73	22
Aumento/(redução) de outras contas a pagar	(213)	274
Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas	158	63
Variação de Ativos e Obrigações	(26.072)	(23.293)
Caixa líquido usado proveniente das atividades operacionais	(13.658)	(6.753)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ações	(1.418)	(4.778)
Venda de ações	15.147	11.789
Aquisição de imobilizado de uso/intangível	(270)	(159)
Caixa usado nas atividades de investimento	13.459	6.852
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(199)	99
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	573	474
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	374	573
	(199)	99

Notas Aplicáveis da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reais mil

1 Contexto operacional

O Instituto Alana, que iniciou suas atividades em junho de 2002, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e tem por finalidade o fomento e a promoção da assistência social, educação, cultura, esporte, a proteção e o amparo da população em geral, visando à valorização do ser humano e a melhoria da sua qualidade de vida, conscientizando-o para que atue em favor de seu desenvolvimento, do desenvolvimento de sua família e da comunidade em geral, sem distinção de raça, cor, político partidária ou credo religioso. Tem por finalidade também desenvolver atividades e projetos em prol do desenvolvimento das capacidades plenas e da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, em consonância à sua missão de "HONRAR A CRIANÇA".

(a) Para consecução de seus objetivos, o Instituto pode:

- praticar quaisquer atos e atividades lícitos para a execução de seus objetivos, desenvolver espaço para promover debates, discussões, ações, simpósios, conferências relativos a seu objeto social;
- (ii) formular, implantar e operar, diretamente ou através de terceiros, projetos de assistência social, proteção e amparo da população carente;
- (iii) promover a cultura, através de atividades, cursos, palestras, eventos e outros meios que julgar adequados juntamente com a comunidade;
- (iv) promoção da saúde através de pesquisa e implementação de programas nutricionais e educativos;
- (v) defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável:
- (vi) promoção da cidadania, por meio de institutos como o voluntariado;
- (vii) promoção da prática de esportes;
- (viii) promoção da educação, através da pesquisa, apoio à gestão e também diretamente por meio de ensino fundamental, médio e profissionalizante;
- (ix) valorizar, promover pesquisas e divulgar pesquisas nacionais e internacionais em qualquer matéria relacionada à criança e ao seu bem estar;
- orientar e capacitar profissionais de qualquer área com o intuito do desenvolvimento e proteção das crianças;
- (xi) promover cursos, palestras, congressos e seminários capacitantes, ou não, visando ao aprimoramento técnico de profissionais e estudantes de qualquer área por todo o território brasileiro:
- (xii) fazer convênios com veículos de qualquer forma de mídia para divulgação do objeto social do Instituto;
- (xiii) promover a integração de várias áreas profissionais de qualquer área para a realização de debates sobre os temas propostos pelo Instituto;
- (xiv) capacitar voluntários;
- estabelecer alianças estratégicas e acordos com instituições similares, nacionais ou internacionais, bem como, promover e divulgar o trabalho de outras ONGs internacionais com projetos realizados em outros países;
- (xvi) celebrar as parcerias e os convênios que se façam necessários com entes públicos e particulares para a materialização dos projetos do Instituto;
- (xvii) promover, apoiar e desenvolver, em seus vários desdobramentos, a pesquisa, a cultura e o ensino, inclusive por meio de treinamento técnico, de publicações, edição, própria ou por meio de terceiros, de livros, revistas e audiovisuais de natureza técnica, científica, cultural e artística, vídeos e quaisquer outros meios de divulgação e comunicação, dentro das necessidades inerentes às atividades do Instituto, podendo firmar parcerias com empresas ou sociedades empresariais nacionais ou estrangeiras que operem no mercado cinematográfico e vide fonográfico brasileiro e que produzam, distribuam ou exibam tais obras;

Notas Aplicáveis da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reals mil

- (xviii) captar recursos e financiar programas e projetos sociais que atendam aos seus objetivos institucionais, desde que previamente aprovados pela Assembleia Geral;
- (xix) promover campanhas de arrecadação de fundos para promoção e apoio de suas atividades, inclusive por meio de prestação de serviços;
- (xx) elaborar representações e denúncias dirigidas aos órgãos oficiais competentes com relação a situações de violação de direitos das crianças e adolescentes que tiverem conhecimento;
- (xxi) elaborar e promover ações judiciais coletivas diversas, entre elas ações civis públicas, pertinentes às suas áreas de atuação e/ou em prol dos interesses de seus associados dentre outras, aquelas referentes especialmente a discussões sobre relações de consumo na infância e ao consumismo ao qual estão expostas as crianças;
- (xxii) elaborar e promover intervenções judiciais diversas, entre elas o *amicus curiae*, em ações que versem sobre violações de direitos ou tenham interesse de crianças e adolescentes;
- (xxiii) realizar ações governamentais no sentido de apoiar políticas públicas e legislativas em prol da garantia dos direitos da criança e do adolescente; e
- (xxiv) promover o licenciamento de marcas e outros ativos de propriedade intelectual em meio a produtos e serviços próprios ou de terceiros.
- (b) Constituem fontes de recursos do Instituto Alana:
 - (i) auxílios, doações, subvenções e outros atos lícitos da liberdade dos associados ou de terceiros;
 - (ii) receitas patrimoniais e financeiras, inclusive oriundas da aplicação dos recursos do Fundo Patrimonial;

O Instituto Alana desenvolve programas próprios e programas correalizados em parcerias. São eles:

Programa Criança e Consumo: Tem como objetivo divulgar e debater ideias sobre as questões relacionadas à publicidade de produtos e serviços dirigida às crianças, bem como apontar meios de minimizar e prevenir os prejuízos decorrentes dessa comunicação mercadológica. Sua visão é ser reconhecido como um trabalho de excelência na articulação junto aos agentes e setores envolvidos na cadeia de produção e distribuição de bens e serviços cuja publicidade seja voltada às crianças, para que adotem práticas que minimizem os impactos nocivos do 'consumismo' na infância.

O Criança e Consumo, por meio do Edital do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA – desenvolveu o projeto EcoAtivos, que leva formações presenciais e on-line para escolas públicas de diferentes regiões do país ampliando a consciência e conhecimento de professores, gestores e comunidades escolares para hábitos e atitudes saudáveis. Por meio de parcerias com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação o projeto desenvolve ações concretas, realizadas por estudantes com apoio dos professores, que relacionam a realidade local com o consumo sustentável, o meio ambiente e as mudanças climáticas.

Programa Criança e Natureza: O programa busca promover caminhos de desenvolvimento que envolvam famílias, educadores, planejadores urbanos e poder público para garantir elos integradores da criança com o ambiente natural e o contexto cultural no qual ela está imersa. Defende cidades e espaços escolares mais verdes e amigáveis para as crianças e incentiva o acesso e a experiência direta da criança com a natureza, disseminando conteúdo para todas as esferas da sociedade.

Programa Criativos da Escola: Busca encorajar crianças e jovens a transformarem suas realidades, reconhecendo-os como protagonistas de suas próprias histórias de mudança. O protagonismo, a empatia, a criatividade e o trabalho em equipe são os pilares centrais deste programa, que busca desenvolver e estimular educandos e educadores de diferentes áreas no engajamento e na atuação em suas comunidades. A iniciativa faz parte do Design for Change, movimento global que surgiu na Índia e está presente em 65 países, inspirando mais de 2,2 milhões de crianças e jovens ao redor do mundo.

Notas Aplicáveis da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reals mil

Programa Escolas Transformadoras: Iniciativa global da Ashoka, foi lançada no Brasil em 2015, numa correalização com o Alana. O programa acredita que todos podem transformar a realidade e vê a escola como um espaço privilegiado para formar sujeitos de transformação social; reconhece e conecta escolas de todo o país que estão construindo novos caminhos rumo a uma educação verdadeiramente transformadora. Dessa forma contribui para que as equipes dessas escolas se posicionem como líderes de uma profunda transformação no cenário educacional do país.

Espaço Alana: Criado há 20 anos no Jardim Pantanal - bairro do extremo leste de São Paulo - o programa tem como missão fomentar o desenvolvimento local por meio de ações socioeducativas e de articulação comunitária, e se tornou um espaço de convívio dentro da comunidade, com praça, biblioteca e bringuedoteca.

O programa conta também com a Banda Alana que emergiu das aulas de música oferecidas no contraturno escolar promovendo o acesso à cultura, educação e o fortalecimento do senso de cidadania, de crianças e jovens, por meio da música.

Programa Prioridade Absoluta: Criado com a missão de dar efetividade e visibilidade ao Artigo 227 da Constituição Federal, que coloca crianças e adolescentes como absoluta prioridade das famílias, da sociedade e do Estado. Por meio de suas atividades, busca informar, sensibilizar e mobilizar pessoas, famílias, organizações, empresas e o poder público para que assumam, de forma compartilhada, este dever constitucional. O programa também desenvolve ações junto a instituições dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com objetivo de exigir a garantia com absoluta prioridade aos direitos de crianças e adolescentes em cenários de violação e na promoção de políticas públicas sociais e orçamentárias.

Programa Território do Brincar: Trata-se de um trabalho de pesquisa, documentação e sensibilização sobre a cultura da infância brasileira, coordenado pela educadora Renata Meirelles e pelo documentarista David Reeks. Os dois viajaram pelo Brasil por dois anos e o registro dessa jornada — em filmes, fotos, textos e áudios — se transformou em publicações, documentários, exposições e diálogos sobre a infância brasileira.

Além dos programas, o Instituto Alana conta com:

Portal Lunetas: É um portal jornalístico para família e interessados na temática da infância parte do olhar da criança para significar suas relações em casa, na escola, na cidade. As pautas informam, sensibilizam, inspiram e mobilizam aqueles que acreditam que a infância é um período fundamental para o desenvolvimento de seres humanos saudáveis e felizes. Os valores do portal são a diversidade, a pluralidade, o respeito às escolhas de cada família e o compromisso inegociável com os direitos das crianças.

Plataforma Videocamp: É uma plataforma online e gratuita que possibilita que produções de cinema que buscam impacto e transformação alcancem o maior número possível de pessoas. Ao oferecer ao público um catálogo variado de filmes que buscam causar impacto e transformar, o Videocamp democratiza o acesso à cultura e à informação, por meio de exibições públicas e gratuitas que podem ser realizadas por qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo. Para os realizadores, o Videocamp potencializa a formação de público e atua como ferramenta de promoção dentro da estratégia de lançamento de filmes. Desde 2017 o Videocamp também fomenta a indústria do audiovisual por meio de editais patrocinados.

O Instituto Alana também atua em parcerias pontuais com organizações cujas ações estão alinhadas ao objetivo social do Instituto e, quando recebe recursos financeiros de tais organizações, cumpre o processo de prestação de contas perante a elas.

Notas Aplicáveis da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reais mil

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis preparadas pelo Instituto Alana estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002), incluindo os pronunciamentos e a resolução 1409/12, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução no 1.255/09, o qual está sendo apresentado de forma comparativa para os exercícios de 2018 e de 2017.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com os pronunciamentos, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto Alana no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nesta nota (Intangível e Provisão para perdas por *Impairment* em ativos não financeiros).

2.2 Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2018

CPC 48 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento substitui o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotado de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). A transição para o CPC 48 não acarretou efeitos no patrimônio líquido e no resultado

2.3 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.4 Aplicações Financeiras

Operações compromissadas: O Instituto Alana dispõe de operações de compra com compromisso de revenda de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda são lançados em Receitas Financeiras."

Contas de fundo e Títulos Públicos: são registrados ao valor justo. Os Juros são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, na rubrica financeira.

Certificados de Depósitos Bancários a prazo: Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, na rubrica Receitas Financeiras.

Notas Aplicáveis da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reais mil

A composição das aplicações financeiras e seus respectivos vencimentos encontra-se discriminado na nota explicativa 5.

2.5 Títulos e valores mobiliários

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica resultado financeiro líquido como receitas financeiras.

(a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A composição da carteira de instrumentos financeiros encontra-se na nota explicativa 6.

2.6 Demais ativos circulantes

Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.7 **Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Edificações 25 anos.
- Instalações 10 anos.
- Computadores 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos 10 anos.
- Veículos 5 anos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.8 Intangível

Está representado por licenças de softwares adquiridas que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo dos softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

2.9 Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor emuso de um ativo.

Notas Aplicáveis da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reals mil

2.10 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto Alana tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa serfeita.

2.12 Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

2.13 Patrimônio social

Constituído pelo Fundo Patrimonial de bens móveis e terrenos doados por seus mantenedores e terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.14 Apuração do superávit/déficit

As receitas de doações e subvenções sociais são contabilizadas por ocasião de seu efetivo recebimento, que ocorrem em datas e valores variáveis.

As despesas e receitas operacionais, são contabilizadas observando o regime de competência.

3 Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das Demonstrações Contábeis em acordo com o CPC exige que a administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos divulgados na data das Demonstrações Contábeis, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela administração estão em acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são realizados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

4 Caixa e equivalentes de caixa

B	2018	2017
Descrição	5	5
Caixa	358	562
Itaú Unibanco S.A.	11	6
Banco Bradesco S.A.	374	573

Notas Aplicáveis da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reals mil

5 Aplicações financeiras

Descrição	2018	2017	Vencimento
Cotas de fundo	71.253	66.866	Sem vencimento
Compromissadas	167.080	163.723	Acima de 360 dias
NTN-B	81.238	76.742	Acima de 360 dias
CDB	23.718	8.712	Acima de 360 dias
DYNAMIC	864	66	Sem vencimento

As aplicações financeiras correspondem a R\$ 344.153 (R\$ 316.109 em 2017) e referem-se substancialmente a investimentos em fundos e títulos públicos e privados.

6 Títulos e valores mobiliários

Descrição	2018	2017	Vencimento	
Ações ITAUSA	84.223	81.367	Sem vencimento	

As ações estão valorizadas pelo valor da cotação de 31 de dezembro.

7 Outros créditos

Descrição	2018	2017
Fundação Grupo Boticário (i)	100	-
FSA - Recursos para "Biblioteca Multiplicadoras" (i)	-	34
Dividendos a receber	139	113
PNUMA – Projeto Ecoativos (i)	47	247
Juros sobre capital próprio a receber	56	1.074
Outros	10	2
Cuttos	352	1.470

(i) Fundação Grupo Boticário, FSA (Fundação Salvador Arena) e PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) referem-se a parcerias de projetos.

Notas Aplicáveis da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reais mil

^	1	. :	lizado	
×	Ima	nı	บรลกก	١

8 Imobilizado			2018	2017	
		Depreciação/			Taxa de
		amortização			depreciação
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	ou amortização
lmobilizado					
Terrenos	446	-	446	446	
Imóveis e edificações	4.029	1.644	2.385	2.546	4%
Instalações	837	603	234	308	10%
Móveis e utensílios	1.884	1.401	483	594	10% e 20%
Computadores e periféricos	1.102	776	327	254	20%
(*)Veículos	_	-	-	31	20%
Benfeitoria em bens de terceiros	4.387	777	3.610	3.786	10%
Subtotal Imobilizado	12.685	5.201	7.485	7.965	
Intangível	240	146	72	46	
Software	219	140	1	1	
Marcas, direitos e patentes	1				
Subtotal Intangível		146	73	47	
Total do imobilizado/intangível	12.905	5.347	7.558	8.012	

A movimentação do imobilizado e intangível pode ser assim demonstrada:

Descrição	2018	2017
No início do exercício	8.012	8.557
Aquisição de bens	270	159
Baixa de bens	(23)	-
Depreciação	(701)	(704)
No final do exercício	7.558	8.012

A composição das aquisições realizadas pode ser assim demonstrada:

Descrição	2018	2017
Móveis e utensílios	38	36
Computadores e periféricos	184	101
Software	48	22
	270	159

^(*) Com o sinistro do veículo foi dado baixa do saldo de R\$ 23 e foi recebido o valor de R\$ 47 remanescente referente ao ressarcimento da apólice de seguro.

Notas Aplicáveis da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reais mil

9 Despesas

(a) Despesas com pessoal

	Atividade	lade	Atividade	lade					1	•
	administrativa	trativa	educacional	cional	Atividad	e social	Parcerias e l	Projetos	Tot	<u>aí</u>
Descrição	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Salários e ordenados	2.432	2.101	983	627	2.404	1.881	1		5.819	4.609
Benefícios	655	694	216	132	591	434		ı	1.462	1.260
Encargos sobre o pessoal	786	733	326	200	728	568	į		1.840	1.501
Outras despesas com pessoal	45	51	17	12	108	161			170	224
Total despesas	3.918	3.579	1.542	971	3.831	3.831 3.044			9.291 7.594	7.594
(b) Despesas gerais e administrativas										
	Atividade	lade	Atividade	lade			Parcerias e F			
	administrativa	trativa	educacional	ional	Atividad	e social	(i)		Tota	3
Descrição	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018		2018	2017
Utilidades e serviços públicos	474	474	15	15	83	41	2		574	530
Consultoria e assessoria	1.185	1.408	978	1.024	4.576	3.621	1538		8.277	7.534
Locações	193	143	ហ	22	56	61	•		254	226
Despesa com materiais e manutenção	170	198	4	ω	57	58			231	259
Despesa com eventos	42	39	45	25	65	82			152	146
Despesas gerais	544	314	1.211	856	3.460	1.418	1.079		6.294	3.668
Documentários						ω	192		192	299
Total despesas	2.608	2.576	2.258	1.945	8.297	5.284	2.811		15.974 12.662	12.662

 $[\]equiv$ Incluem R\$ 265 (2018) e R\$ 123 (2017) ref. ao projeto EcoAtivos em parceria com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

Notas Aplicáveis da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reals mil

10 Tributos, remuneração e certificações

O Instituto Alana é, conforme previsto no artigo 150, VI, alínea c da Constituição Federal, e atendendo aos requisitos estabelecidos no artigo 14 do Código Tributário Nacional, uma entidade imune a impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, incluindo:

- (a) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) para fins da não retenção do Imposto de Renda sobre rendimentos e ganhos de capital de aplicações financeiras de renda fixa ou renda variável, com fundamento no artigo 150 da Constituição Federal e na decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1802, que julgou inconstitucional o disposto no artigo 12, §1º da Lei nº 9.532/1997;
- (b) Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), sendo portador da Declaração de Imunidade do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), emitida pela Secretaria da Fazenda, no âmbito do processo nº 51.224-1061959/2015, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 46.655/2002.

Em relação às contribuições sociais, o Instituto Alana:

- (a) Recolhe a Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) à alíquota de 1% sobre a folha de salários, conforme determina o inciso III do art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001; e
- (b) É isenta da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre receitas próprias, com fundamento no inciso X do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.

Ainda, o Instituto Alana possui os seguintes certificados:

- a) Utilidade Pública Municipal da Prefeitura do Município de São Paulo, emitido em 2007;
- b) Registro no Conselho Municipal de Assistência Social, Município de São Paulo, emitido em 2008; e
- c) Registro no Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA), Município de Sã o Paulo, emitido em 2006.

Com relação à tributação estadual, ressalta-se que:

a) O Instituto Alana é imune ao Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – (ITCMD) conforme temos do art. 7º do Decreto 46.655/02 e pela declaração de reconhecimento de imunidade do imposto de transmissão "Causa Mortis".

Apresentamos abaixo os valores dos tributos para os quais o Instituto Alana se considera isenta e que foram calculados como se fosse devido para os anos de 2018 e 2017:

Descrição	2018	2017
Descrição	2.549	3.278
CSLL	4.248	5.463
IRRJ	316	364
PIS sobre receita financeira COFINS sobre receita financeira	1.946	2.240
ITCMD	140	61
TICMD	9.199	11.405

Notas Aplicáveis da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reais mil

11 Gratuidades recebidas e trabalho voluntário

Os trabalhos voluntários, identificados pela administração como tendo sido prestados nos exercícios de 2018 e de 2017, bem como os seus valores justos, podem ser assim descritos:

Descrição	2018	2017
Conselheiros	3.259	3.047
Prestadores de Serviço	64	21
	3.323	3.068

Esses valores foram reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica "Receitas com trabalhos voluntários", com contrapartida em "Despesas com trabalhos voluntários".

O valor justo dos trabalhos voluntários, descritos acima, foi determinado a partir do valor que a Entidade estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

Nesse sentido, a administração fez sua melhor estimativa de valor justo, com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, de forma remunerada e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, onde as informações sobre os custos de serviços são amplamente divulgadas ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e complexidade das operações da Entidade.

12 Seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, o Instituto apresenta as seguintes apólices de seguros:

Bens segurados	Seguros contratados	Montante da cobertura
Imóveis	Mapfre (i)	2.700

O seguro dos imóveis da rua Borboleta Amarela nº 481 e Erva do Sereno nº 642, em caso de incêndio/raio/explosão/implosão é, respectivamente, nos valores de R\$700 e R\$2.000, de acordo com a apólice.

Notas Aplicáveis da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

_			
Em	reai	C	mı

13 Receitas operacionais

(a) Doações recebidas

Deseriese	2018	2017
Descrição Recursos Financeiros ADM	3.500	300
Recuisos Financeiros Abia	3.500	300

(b) Receitas financeiras

Descrição Aplicações financeiras Dividendos de ações Juros de capital próprio Ganho/Perda em alienação de ações Ganho/Perda de imobilizado Avaliação de valor justo Outras receitas financeiras	2018 24.400 4.414 3.140 6.454 23 10.131 79 48.641	2017 31.902 560 2.943 1.394 - 19.191 - 55.991
Despesas financeiras	(73)	(66)
Resultado financeiro líquido	48.568	55.925

(c) Outras receitas

Decerie	2018	2017
Descrição	-	35
FSA - Projeto Biblioteca Multiplicadora Bernard Van Leer – Projeto Prioridade Absoluta	149	-
BID - Parceria Ministério da Saúde	-	405
Fundação G. Boticário – Projeto Criança e Natureza	1.500	-
PNUMA – Projeto EcoAtivos	222	185
	-	220
Coca Cola - Projeto Videocamp	318	258
Outras empresas	99	120
Outras receitas	2.288	1.223

14 Outras Informações

A entidade não tem conhecimento sobre quaisquer contingências passivas envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias. Conforme avaliação dos nossos assessores legais.

15 Eventos Subsequentes

Nenhum evento subsequente requer ajuste para as estimativas contábeis e divulgações incluídas nas demonstrações contábeis.

* * *